



**Congresso Nacional**

**MPV 783**

**00153**

**APRESENTAÇÃO DE EMENDAS**

<b>Data:</b>	<b>Proposição:</b> MEDIDA PROVISÓRIA Nº 783, DE 31 DE MAIO DE 2017			
<b>Autor:</b> Deputado: JERÔNIMO GOERGEN - PP/RS			<b>Nº do Prontuário</b>	
<input type="checkbox"/> Supressiva <input checked="" type="checkbox"/> Substitutiva <input type="checkbox"/> Modificativa <input type="checkbox"/> Aditiva <input type="checkbox"/> Substitutiva Global				
<b>Artigo:</b>	<b>Parágrafo:</b>	<b>Inciso:</b>	<b>Alínea:</b>	<b>Pág.</b>

**EMENDA SUBSTITUTIVA**

Dê-se ao parágrafo 3º do artigo 5º da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, a seguinte redação:

“Art. 5º

(...)

§ 3º A desistência e a renúncia de que trata o caput exime expressamente o autor da ação do pagamento dos honorários, previstos nos termos do art. 90 da Lei nº 13.105, de 2015 - Código de Processo Civil.

**Justificativa**

A redação do artigo 5º condiciona que para concessão do parcelamento, o contribuinte deverá desistir de toda e qualquer ação judicial ou impugnação administrativa que tenha por objeto a ser parcelada.

Para tanto, obrigar o contribuinte a suportar o ônus de uma sucumbência, por força de uma imposição do Estado, e não decorrente de uma decisão judicial, é inaceitável e não coaduna com os objetivos esperados com a presente medida provisória

É importante observar que o parcelamento é causa suspensiva da exigibilidade dos débitos tributários.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 2017.

**Assinatura:**



CD/17358.88220-42